



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

11/03/2015 ATÉ 11/03/2015



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG RICARDO SANTOS.....	1
	1.2 BLOG ZECA SOARES.....	2
	1.3 O IMPARCIAL ONLINE.....	3
	1.4 SITE O QUARTO PODER.....	4
2	CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA	
	2.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	5
3	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	3.1 BLOG SÓ FALO A VERDADE.....	6
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	7
	4.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	8 9
5	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	5.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	10
6	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	6.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	11
7	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	7.1 SITE JUSBRASIL.....	12

Justiça derruba proibição dos vereadores de Araiozes de acesso à imprensa na Câmara

É ilegal a medida que proíbe a entrada de jornalistas na Câmara Municipal de Araiozes, cujo presidente fugiu da razoabilidade ao solicitar força policial para impedir o acesso da imprensa às dependências e ao plenário de sessões daquela casa legislativa. O entendimento é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Para o desembargador Lourival Serejo - relator do processo no colegiado - não foram apresentadas provas consistentes que justifiquem o posicionamento da Câmara em proibir, de forma impositiva, a atuação dos profissionais de jornalismo no Legislativo Municipal, que sequer comprovou a existência de qualquer votação para deliberar acerca do fechamento das sessões à imprensa.

Para o magistrado, a medida não tem respaldo legal no ordenamento jurídico, tendo em vista que, em regra, as sessões da Câmara Municipal devem ser abertas ao público, considerando que o fechamento só deve ocorrer de forma excepcional, apenas na hipótese de existência de motivo relevante de preservação da corporação parlamentar. (Processo: 2639014)

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira durante campanha 'Justiça pela paz em casa'

Nesta terça-feira (10) foi lançada a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13).

Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que a serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

O lançamento da campanha 'Justiça pela paz em casa' contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

"Nós estamos aqui para combater a violência doméstica contra a mulher, priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, ressaltou que a descentralização dos recursos é fundamental para a criação de obras como a Casa da Mulher Brasileira. "São Luís poderia ter há mais tempo esta Casa, mas agora com a parceria prefeitura e governo, ela sairá do papel", afirmou a ministra-chefe Eleonora Menicucci.

DAVINÓPOLIS: AÇÃO SOCIAL PROMOVE CASAMENTO COMUNITÁRIO

A 1ª cerimônia do Casamento Comunitário será realizada no dia 21 de abril, a partir das 8:30hrs, na igreja Santo Antônio de Pádua, em Davinópolis-MA. A informação foi prestada pela secretária municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), Marinalva Melo Barbosa. Segundo ela, os casais interessados em oficializar a união conjugal deverão efetuar inscrição no período de 9 a 13 de março, das 8h às 14h, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado na rua Gonçalves Dias, no Centro. "Esse é mais um projeto social que contempla a regularização do estado civil de casais hipossuficientes, que já vivem maritalmente, para fins de proteção da família e ampliação das garantias dos direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários", assinala ela, que avisa aos casais interessados que deverão realizar inscrição prévia no período de 9 a 13 de março. A secretária de Desenvolvimento Social e primeira-dama Marinalva Barbosa reitera a importância do projeto "Casamento Comunitário" promovido em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e que representa um dos programas de inclusão social de grande impacto, com mais de 30 mil casais tendo oficializado a união. "É um projeto que auxilia camadas menos favorecidas, que gostariam de legalizar a união conjugal e poderão exercer esse direito por meio dessa cerimônia do Casamento Comunitário em Davinópolis", concluiu ela.

Campanha do TJ é destaque

O deputado estadual Edilázio Júnior (PV), destacou hoje na Assembleia Legislativa, a campanha "Justiça pela paz em casa", lançada ontem pelo Tribunal de Justiça e homenageou as mulheres pelo mês de março, quando são realizadas comemorações em alusão à pessoa do sexo feminino.

Edilázio havia representado o Legislativo no lançamento da campanha na terça-feira. A campanha se estenderá até a próxima sexta-feira e tem por objetivo dar prioridade na tramitação de processos criminais e cíveis no qual a mulher é vítima ou parte interessada.

"Para esta campanha deram as mãos, abraçaram-se o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a corregedoria Geral de Justiça do Estado, a OAB e a Defensoria Pública, para que processos nos quais as mulheres são parte interessada sejam julgados com celeridade", disse.

Edilázio lembrou que a campanha foi aberta pela vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmem Lúcia, e contou com a presença também da chefe da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Brasil, ministra Eleonora Menicucci e da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire.

O parlamentar frisou a importância de ações como esta da Justiça estadual e homenageou as mulheres do Maranhão e do país.

"O nosso estado é diferenciado, é um estado de vanguarda, as mulheres aqui têm espaço. A primeira governadora em um estado da nossa federação foi Roseana Sarney. A primeira prefeita do país também veio do Maranhão. A primeira presidente de Câmara Municipal de capital foi a ex-vereadora Lia Varela. E hoje as mulheres comandam o Tribunal de Justiça. Temos a desembargadora Cleonice Freire como presidente; como corregedora a desembargadora Nelma Sarney e como vice-presidente da desembargadora Anildes Cruz. O Ministério Público também é comandado por uma mulher, a procuradora-geral de Justiça Regina Rocha", disse.

Edilázio lembrou que ainda existe preconceito e discriminação, mas afirmou que acreditar no avanço da sociedade e numa valorização maior à mulher nos dias atuais.

O Dia do Profissional Bibliotecário será comemorado na Biblioteca Pública Benedito Leite

12 de Março é o dia do bibliotecário e a data será comemorada com ampla programação técnico-científica e cultural, no Auditório da Biblioteca Pública Benedito Leite. Com o tema "INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE: múltiplos espaços de atuação do bibliotecário", o Conselho Regional de Biblioteconomia - 13ª Região (CRB-13), jurisdição do Maranhão, por meio da Nova Diretoria que tomou posse em Janeiro do corrente ano, inaugura o início de um conjunto de ações que pretende realizar junto à classe de bibliotecários e à sociedade maranhense, em parceria com a Biblioteca Pública Benedito Leite, o Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, o Programa Tutorial de Biblioteconomia da UFMA e o Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA.

O CRB-13 é um órgão regulatório da profissão do bibliotecário, pessoa jurídica, que visa atuar em defesa dos interesses econômicos, políticos, sociais e laborais da classe profissional, bem como se destina à fiscalização do exercício da profissão, com vista à proteção do coletivo, no que tange ao exercício profissional qualificado e competente.

Segundo a atual presidente do CRB-13, a Dr^a. Leoneide Maria Brito Martins, professora do Departamento de Biblioteconomia da UFMA e analista bibliotecária do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o desafio de gerenciar o Conselho faz parte do compromisso social e político de todos os bibliotecários engajados na luta para fortalecer o desenvolvimento da profissão no Maranhão e de buscar redimensionar o processo de valorização do profissional na sociedade, sobretudo buscando conscientizar os cidadãos e segmentos do Estado, gestores políticos e empresariais.

Justiça nega custeio de tratamento pelo município a paciente atendido em hospital particular

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou recurso a um paciente atendido por hospital particular de São Luís (MA) que queria ter o seu tratamento, no valor de R\$ 9.521,11, custeado pelo município.

De acordo com o relator, desembargador Kléber Carvalho, o autor buscou o hospital municipal Djalma Marques (Socorrão I), apresentando sintomas de febre, convulsão, desmaios e confusão mental e, ao ser avaliado por uma equipe médica, esta recomendou sua internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Em seguida, buscou atendimento em um hospital particular, onde foi imediatamente deslocado para a UTI, ficando em suas dependências de 13 a 15 de junho de 2010.

Para Kleber Carvalho, não ficou comprovada a inexistência de leito de UTI, no Socorrão I, para receber o paciente. Os próprios familiares, por opção, procuraram a rede particular para o tratamento recomendado.

O voto do relator foi acompanhado pelos colegas, ressaltando que o paciente não demonstrou provas de que o poder público tenha se negado a prestar o serviço pretendido, afastando, assim, a responsabilidade do ente municipal pelo custeio das despesas oriundas do tratamento realizado no hospital particular.

Justiça determina à interdição de estabelecimento prisional

A Justiça determinou a interdição provisória do estabelecimento prisional do município de Matões e a remoção imediata dos presos, para que seja realizada reforma no prazo máximo de 90 dias. A decisão também determinou prazo de 30 dias para que sejam realizados estudos acerca do número de servidores necessários para assegurar a eficiência dos serviços prestados pela Delegacia de Polícia Civil do município.

A decisão liminar é resultado de Ação Civil Pública, de autoria da promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, titular da Comarca de Matões, contra o Estado do Maranhão. A ação foi motivada pelas péssimas condições do estabelecimento, com condições insalubres, superlotação e com graves violações aos direitos humanos.

Em vistoria ao prédio da delegacia, a equipe da promotoria encontrou problemas como infiltrações, iluminação e ventilação inadequadas, portas e janelas deterioradas e sem oferecer qualquer segurança. Foi verificado, também, que a viatura disponível encontra-se em péssimo estado de conservação e que o material de expediente fornecido pela Delegacia Regional é insuficiente às necessidades.

Na área da cadeia pública, além das péssimas condições e da falta de espaço adequado para o banho de sol dos presos, verificou-se que o corredor que dá acesso às celas não possui, sequer, cadeado, o que demonstra a insegurança do local. Além disso, há presos provisórios e definitivos dividindo o mesmo espaço superlotado.

Na decisão, a juíza Raquel Araújo Castro Teles de Menezes determinou multa de R\$ 1 mil para o caso de descumprimento de qualquer dos itens da liminar, que poderá ser cobrada diretamente dos agentes públicos responsáveis. O pedido de construção de uma nova unidade prisional, também feito pelo Ministério Público na ACP, será julgado ao final do processo.

Exposição em cartaz no Fórum de São Luís homenageia as mulheres

"Impressões de Mulher" é o tema da exposição do artista plástico HNG, nome artístico de Manoel José Sousa Neto, que fica em cartaz até o dia 31 deste mês na galeria do Fórum de São Luís (Calhau). São 25 telas em preto e branco, que retratam o olhar do autor sobre as nuances do universo feminino. A mostra, aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, integra as comemorações relativas ao Dia Internacional da Mulher (08 de março).

HNG destaca que procura retratar em suas telas aquilo que considera "apaixonante, real e belo". Historiador e autodidata, ele afirma que contesta toda forma de injustiça e de desigualdade social; defende e valoriza a diversidade cultural e as mais diversas formas de arte.

No ano passado, motivado por outros artistas de São Luís, decidiu abraçar a pintura. Nessa primeira fase de sua carreira, utilizando-se de escala de cinza além de preto e branco, procura mostrar uma arte figurativa e contemporânea, com forte influência do realismo e impressionismo.

Em 2014, HNG foi um dos participantes da Exposição Artística Integração e Cidadania, que ficou em cartaz na galeria do Fórum de São Luís, durante os meses de agosto e setembro. A fluidez da bailarina e a expressão de uma criança foram duas das seis obras de HNG mostrados naquela exposição.

Segundo o artista, a opção pelo preto e branco ocorre por certa insegurança em utilizar as cores e também pela ligação da dobradinha (preto e branco) com o rock, uma paixão atemporal, assim como a arte, a pintura. A nostalgia evocada pelo preto e branco é outra razão enumerada pelo artista para não aplicar outras cores.

A Galeria Celso Antônio de Menezes, instalada no hall do Fórum Desembargador Sarney Costa, foi inaugurada em 2014 por iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e Diretoria do Fórum. É um espaço para a promoção das ações culturais que contemplam as artes em geral (teatro, música, artes plásticas, fotografia).

No ano de 2014 realizou duas exposições coletivas intituladas "Integração e Cidadania", sendo uma de artes plásticas e outra de fotografia. Este ano, o espaço já recebeu a exposição de Joel DuMara e a coletiva de 16 artistas que integram a Art Hall Galeria.

Dívidas com bancos serão negociadas em mutirão de conciliação em São Luís

O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove, nesta quinta e sexta-feira (12 e 13), o primeiro mutirão de conciliação do ano. Desta vez, estarão em pauta ações judiciais relativas a dívidas feitas com os bancos Santander e Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S/A. A ação irá acontecer em parceria com o 3º Centro de Conciliação (Cejusc), no horário das 08h30 às 18h, no prédio do Uniceuma campus I (Renascença II), onde a unidade está em funcionamento.

O objetivo é atender a grande procura por acordos com os bancos, permitindo aos clientes a retomada de seus créditos com as respectivas instituições financeiras e, ainda, possibilitar aos estudantes a vivência da solução de conflitos por meio do diálogo e entendimento entre as partes.

O magistrado Alexandre Abreu explica o diferencial desta edição do projeto Pauta Específica que, pela primeira vez, acontece num ambiente acadêmico, fora das unidades da Justiça. "Com essa iniciativa, pretendemos estimular os nossos parceiros e, principalmente, os futuros profissionais do Direito à prática da solução de conflitos pela via consensual", pontuou o coordenador do Núcleo de Conciliação.

As sessões para negociação serão realizadas em 3 salas específicas, no Cejusc (em funcionamento no mesmo prédio do Escritório-Escola do Uniceuma), por conciliadores devidamente capacitados pelo TJMA, estudantes da instituição de ensino e prepostos dos bancos.

AGENDAMENTO - O coordenador do Núcleo de Conciliação, juiz Alexandre Abreu, informa que os mutirões com pautas específicas, voltados para ações envolvendo instituições e empresas irão ocorrer sistematicamente, nos Cejusc's instalados na capital, com vistas a incentivar a cultura da conciliação e reduzir o volumoso acervo processual da Justiça.

Para agendar uma audiência em um dos Cejusc's da capital, basta enviar um e-mail, com a devida solicitação para: conciliar@tjma.jus.br ou entrar em contato pelos telefones: 3194-5676 (1º Cejusc) ou 3261-6280 (2º Cejusc).

Para mais informações sobre o Mutirão a ser realizado no Uniceuma, entrar em contato pelo telefone: 3214-4275.

Anjo da Guarda e Coroadinho lideram ranking de violência contra mulher

Rua do bairro Coroadinho

Estatísticas apontam que os bairros do Coroadinho e Anjo da Guarda lideram o ranking de violência contra a mulher, em São Luís. A pesquisa foi apresentada pela Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Os dados mais recentes, do ano de 2014, mostram que os bairros onde há mais ocorrências de violência doméstica são o Coroadinho (7%), Anjo da Guarda (5,3%) e Turu (4,6%). A pesquisa se deu por análise de 414 processos distribuídos na vara, entre os meses de janeiro a abril de 2014. Os dados foram levantados entre os meses de agosto e dezembro.

É evidente que, avaliando a pesquisa, há a necessidade urgente de reforçar o cumprimento da Lei Maria da Penha nesses locais. "É um trabalho que traz, desde o ano de 2012, dados relativos tanto às mulheres agredidas como também do homem autor de violência doméstica e familiar", esclarece a vara.

Itapecuru promove ações para melhoria do sistema carcerário

O município de Itapecuru-Mirim foi sede, na última semana, de uma mobilização promovida entre o Poder Judiciário e órgãos públicos locais e estaduais com a finalidade de modernizar procedimentos adotados no sistema carcerário e melhorar as ações de segurança pública da comarca. A iniciativa foi uma parceria entre a Unidade de Monitoramento Carcerário, que tem como coordenador o desembargador José Ribamar Froz Sobrinho, e a 2ª Vara de Itapecuru, que tem como titular a juíza Mirella Freitas. A unidade judicial tem competência para realizar a execução penal na comarca.

Com apoio das secretarias estaduais de Administração Penitenciária (Sejap) e de Segurança Pública (SSP), além de órgãos municipais, as atividades desenvolvidas durante os dias de mobilização resultaram na suspensão de uma Ação Civil Pública por meio da qual o Ministério Público pedia a interdição da Delegacia Regional do município. Ficou pactuado que será realizada a reforma emergencial na Delegacia Regional, que passará a contar com mais duas celas.

Outra iniciativa importante que ficou definida durante os trabalhos é a realização de um mutirão carcerário, que será realizado até 13 de março. Durante o mutirão, membros das instituições pactuadas realizarão atividades de análise processual de cada preso, a fim de identificar sua situação. Também haverá remanejamento de presos já condenados.

Paralelamente ao mutirão, será realizada a análise de bens e armas apreendidos que estão vinculados aos processos. Essa ação contará com o apoio da Delegacia Regional, que vai realizar inventário dos bens apreendidos.

Participaram das ações também a prefeitura e Câmara de Vereadores de Itapecuru, a Associação dos Magistrados, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro, além de diversos juízes, promotores e defensores públicos.

Mutirão da saúde - Como parte das atividades, foi realizado de 03 a 05 de março um mutirão da saúde na Delegacia Regional. Os presos tiveram acesso a diversos exames, como HIV e Hepatites B e C, sendo vacinados contra hepatite e febre amarela, além de atendimento médico e odontológico.

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira durante campanha 'Justiça pela paz em casa'

Nesta terça-feira (10) foi lançada a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que a serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

O lançamento da campanha 'Justiça pela paz em casa' contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

"Nós estamos aqui para combater a violência doméstica contra a mulher, priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, ressaltou que a descentralização dos recursos é fundamental para a criação de obras como a Casa da Mulher Brasileira. "São Luís poderia ter há mais tempo esta Casa, mas agora com a parceria prefeitura e governo, ela sairá do papel", afirmou a ministra-chefe Eleonora Menicucci.